



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
ALEGRE DO PINDARÉ

DIÁRIO OFICIAL



Caderno do Executivo

SUMÁRIO

HOMOLOGAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação - CPL 1

RESOLUÇÕES - CMDCAAAP

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Alto Alegre do Pindaré 1

EDITAIS - CMDCAAAP

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Alto Alegre do Pindaré 2

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO. REFERENTE: Processo nº. 035/2021 - Sec. Municipal de Administração e Finanças / Tomada de Preços nº 005/2021 (Técnica e Preço). **OBJETO:** “Contratação de Assessoria Jurídica para consultoria e suporte técnico nas demandas Contenciosas, Tributária e do Controle Interno, dividida por Lotes”. Homologo o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preços nº 005/2021 (Técnica e Preço)**, com base na Adjudicação datada do dia **26 de Abril de 2021**, em favor das empresas: **MARANHÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 08.321.181/0001-60 estabelecida na Rua dos Flamingos, Quadra nº 04, Casa nº 22, Bairro – Calhau, CEP nº 65.071-620, São Luís/MA, vencedora do **Lote 01** (Contratação de Assessoria Jurídica Especializada, para patrocínio de demandas contenciosas de interesse da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré – PMAAP, e suas Secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré) com **Valor Global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)**, **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19 estabelecida na Rua das Juçaras, Quadra 44 - Casa 04, Jardim Renascença, CEP: 65075-230 - São Luís/MA, vencedora do **Lote 02** (Contratação de Assessoria Jurídica Especializada em Direito Tributário) com **Valor Global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)** e **DANTAS & DOMINICI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 23.671.971/0001-69 estabelecida na Rua das Andirobas, nº 40, Edifício Executive Lake Center, Sala nº 202, Bairro – Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP nº 65075-40, vencedora do **Lote 03** (Contratação de Assessoria Jurídica Especializada em Controle Interno) com **Valor Global de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, totalizando o valor global de **R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais)**, para que produza seus efeitos jurídicos. Alto Alegre do Pindaré/MA, 27 de Abril de 2021. **FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO**, Prefeito do Município de Alto Alegre do Pindaré/MA

RESOLUÇÕES - CMDCAAAP

RESOLUÇÃO Nº 016/ 2021 CMDCAAAP

Dispõe sobre a composição da Comissão Especial de Avaliação, Seleção e Acompanhamento de Projetos, para o mandato 2021-2022. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré - CMDCA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 007/2018, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré e de gestor do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), visando atender o disposto nos artigos 2º, Inciso X e Art. 27 §1º da Lei Federal nº. 13.019/2014, em Reunião Ordinária realizada no dia 24 de março de 2021. **RESOLVE:** Art. 1º Fica composta a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS, da forma que segue:

Membros		Representatividade	
1	Suelem Sousa da Silva Lopes	Membro ADM	Titular
2	Iraneude dos Santos Rodrigues	Membro ADM	Titular
3	Dulcivane da Cruz Silva	Membro CMDCA	Titular
4	Francisco das Chagas Rodrigues Mendonça	Membro CMDCA	Titular
5	Vanderleia dos Reis Soares	Membro CMDCA	Suplente

Parágrafo Único – A finalidade da Comissão é avaliar e selecionar os projetos apresentados nos Editais de Chamamento Público, para ser financiados com recursos do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA). Art. 2º - A Comissão de Seleção será constituída pelo CMDCA com a seguinte composição: I - dois membros da administração pública municipal, assegurando que pelo menos um deles seja ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal do município; e II - dois membros conselheiros do CMDCA, governamentais ou não governamentais, titulares ou suplentes, escolhidos em plenária do órgão. §1º. O membro da Comissão de Seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro, doador ou empregador de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas pela legislação vigente. §2º. A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão público municipal. §3º. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção. §4º. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista. §5º. Alterações na composição da Comissão de Seleção devem obedecer ao disposto no Art. 17 da Resolução Nº 014/2019 e seus dispositivos. §6º. A comissão poderá ainda contar com membros suplentes que atuarão nas hipóteses de ausência ou impedimento dos membros titulares, respeitada a composição indicada nos incisos I e II deste artigo. Art. 3º - A Comissão deverá enviar à Secretaria do CMDCA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a realização das reuniões, o Relatório com os pareceres da comissão sobre as matérias analisadas; Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Alto Alegre do Pindaré – MA, 24 de março de 2021. José Claudemberg Correa de Sousa Presidente do CMDCA/AAP

RESOLUÇÃO Nº 017/ 2021 CMDCAAAP

Aprova o edital para o chamamento público para o credenciamento de Organização da Sociedade Civil – OSC. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições legais, disposto na Lei Municipal nº 007/2018, CONSIDERANDO Deliberações ocorridas durante reunião extraordinária do CMDCA no dia 26 de abril de 2021. **RESOLVE:** 1º Aprovar o edital 001/2021 para o chamamento público para o credenciamento de Organização da Sociedade Civil - OSC,

interessadas em formalizar parceria com o FMDCA, através de termo de fomento, em regime de mútua cooperação com a Administração Pública, para a execução de ações voltadas às crianças e adolescentes, cujo escopo deve estar contemplado, plano de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2021, de conformidade com o disposto no Decreto nº 055, de 29 de outubro de 2019, Lei nº 8.069/1990 (ECA) e alterações posteriores e demais disposições legais pertinentes. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Alto Alegre do Pindaré – MA, 26 de abril de 2021. José Claudemberg Correa de Sousa Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré– CMDCAAAP

RESOLUÇÃO Nº 018/ 2021 CMDCAAAP

Aprova o edital para o chamamento público para a seleção de projetos de Organizações Governamentais. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE no uso de suas atribuições legais, disposto na Lei Municipal nº 007/2018, CONSIDERANDO Deliberações ocorridas durante reunião extraordinária do CMDCA no dia 26 de abril de 2021. RESOLVE: 1º Aprovar o edital 002/2021 para o chamamento público para o credenciamento de Organizações Governamentais, interessadas em formalizar parceria com o FMDCA, através de termo de fomento, para a execução de ações voltadas às crianças e adolescentes, cujo escopo deve estar contemplado, plano de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2021, de conformidade com o disposto no Decreto nº 055, de 29 de outubro de 2019, Lei nº 8.069/1990 (ECA) e alterações posteriores e demais disposições legais pertinentes. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Alto Alegre do Pindaré – MA, 26 de abril de 2021 José Claudemberg Correa de Sousa Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré– CMDCAAAP

EDITAIS - CMDCAAAP

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 – CMDCAAAP EDITAL

OBJETO: Seleção de proposta para a celebração de parceria com o município de Alto Alegre do Pindaré, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital. **ÓRGÃO INTERESSADO:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:** 27 de abril de 2021 a 27 de maio de 2021. **PRESIDENTE DO CMDCA:** José Claudemberg Correa de Sousa **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 – CMDCAAAP EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 – PARA PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ,** por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com base na Lei Municipal Nº 007 de 05 de setembro de 2018, no Decreto Municipal Nº 055 de 29 de outubro de 2019 e nas Resoluções CMDCA nº 015/2019, nº 015/2021, nº 017/2021 torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC interessada em celebrar Termo de Fomento que tem por objeto a execução ações complementares à política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente a serem financiados integral ou parcialmente com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré (FMDCA). **1. INFORMAÇÕES GERAIS** 1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de proposta para a celebração de parceria com o município de Alto Alegre do Pindaré, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital. 1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Municipal Nº 007 de 05 de setembro de 2018, pelo Decreto nº 055, de 29 de outubro de 2019, nas Resoluções CMDCA nº 015/2019, nº 015/2021, nº 017/2021, e pelas demais normativas aplicáveis, além das condições previstas neste Edital. 1.3. Tornar público o presente EDITAL para apresentação de propostas e seleção de planos de trabalho de organizações da sociedade civil, para a execução determinado, de política de orientação, acompanhamento, atendimento, proteção, apoio, promoção, aprendizagem, primeira infância, assessoramento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto no eixo I da Resolução nº 015/2019, CMDCA e suas alterações e que tenha como beneficiários crianças e adolescentes, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal nº

8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações. 1.4. Objetivo da parceria é promover a ampliação qualitativa e/ou qualitativa de orientação, acompanhamento, atendimento, proteção, apoio, promoção, aprendizagem, primeira infância, assessoramento e defesa dos direitos da criança e do adolescente. 1.5. Para pleitear o financiamento das ações através FMDCA, a OSC deverá apresentar Projeto detalhado contendo Plano de aplicação dos recursos, conforme o ANEXO IV deste Edital. 1.6 A OSC responsável pela execução de Projeto financiado pelo FMDCA deverá apresentar cópia da prestação de contas mensal ao CMDCA via e-mail para o endereço: cmdca-aap@hotmail.com. 1.7 A Organização da Sociedade Civil deverá enviar mensalmente via e-mail relatório de atividades do Projeto, demonstrando o número de atendidos, atendimentos e procedimentos. 1.8 Caberá à OSC ao final da parceria a apresentação de Relatório Anual por escrito das atividades realizadas no período de execução do Projeto, conforme ANEXO VI desse Edital e através de apresentação midiática em reunião plenária a ser agendada pelo CMDCA a cada semestre das parcerias. 1.9 As OSC deverão prever em seus projetos medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014. 1.10 O valor das compras ou contratações efetivadas com recursos da parceria deverão estar compatíveis com o valor médio de mercado e comprovadas mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros: I - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializado sob de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; II - contratações similares em execução e ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou III - pesquisa com, no mínimo, três fornecedores ou prestadores de serviço. 1.10.1 No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a média ou o menor dos preços obtidos. **Parágrafo Único** – qualquer alteração do plano de trabalho ou de aplicação dos recursos deverá, obrigatoriamente, ser submetido à aprovação do CMDCA. Este deverá ocorrer com antecedência mínima de 7 (sete) dias através do e-mail cmdca-aap@hotmail.com. Em caso de alteração no que diz respeito a valores ou meta deve-se também seguir as orientações contidas no Art. 27 da Lei nº 13.204/2015. **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR/REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:** 2.1. Poderão ser selecionadas as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que apresentem projetos voltados à promoção, à proteção e à defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, OBRIGATORIAMENTE de grupos vulneráveis. 2.2. A organização proponente deve preencher as seguintes condições de elegibilidade: I – Ser legalmente constituída (ter personalidade jurídica); II – ter, no mínimo, 1 (um) ano de fundação com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, e efetiva atuação na(s) área(s) de intervenção do projeto, admitida a redução do prazo na hipótese de nenhuma organização atingi-lo. III – Estar inscrita e/ou com registro válido, no conselho de direitos da criança e do adolescente – CMDCA, e/ou nos respectivos conselhos setoriais; 2.3. Os projetos inscritos das organizações não governamentais deverão atender crianças e/ou adolescentes, prioritariamente em serviços de atendimento em sintonia com a legislação vigente. 2.4. Não serão aprovados projetos que prevejam pagamento por parte do usuário à OSC pelos serviços prestados a qualquer título (taxas, contribuição espontânea em nome de outros, mensalidades, etc.), em nenhuma hipótese. 2.5. A inscrição do projeto será efetivada a partir da entrega da impressão original com as páginas numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo representante legal da organização. Para efetivação da inscrição, as entidades governamentais devem protocolar na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré - MA, situado à Rua Rio Branco, Centro, 121B, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 11h30 e das 14h20 às 16h30, o Requerimento ao CMDCA (Ver anexo I). E uma cópia por e-mail na versão em PDF endereçada à cmdca-aap@hotmail.com a partir do dia **27 de abril de 2021 a 27 de maio de 2021**. 2.6. No ato da inscrição, não será necessário anexar nenhum documento do item 5 deste edital ao Projeto a ser protocolado, estes serão requisitados pela Secretaria Municipal de Administração após a aprovação do projeto, para trâmites burocráticos das assinaturas dos Termos de Fomento. 2.7. Os projetos deverão ter um detalhamento expresso de todos os itens a serem financiados pelo FMDCA. Para a celebração do Termo de Fomento todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014: I – Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; II – Descrição de metas a serem atingidas e de atividades a serem executadas; III – Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou abrangidos pela parceria; IV – Forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas; V – Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas e, ainda, VI – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e Trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na execução do objeto, durante o período de vigência proposto; VII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas, vinculadas as metas do

cronograma físico; VIII – Os projetos deverão ser apresentados mediante modelos unificados, conforme os anexos. 2.8. Em caso de necessidade de diligências, se na análise do projeto inscrito suscitar dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para adequação e esclarecimentos de dúvidas ou complementação de informações e se necessário ainda, apresentação presencial do projeto proposto. 2.9. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado. 2.10. Os projetos após analisados e aprovados pela comissão instituída pela Resolução 16/2021 serão apresentados à plenária em reunião ordinária ou extraordinária para aprovação do CMDCA, devendo constar em ata e em resolução única todos os projetos aprovados com os respectivos valores. **3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR:** 3.1. As entidades privadas sem fins lucrativos que tenham em suas relações anteriores com o município, incorrido em, pelo menos, uma das seguintes condutas: I – prática de outros atos ilícitos na execução de Termos de Fomento; II – Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; III – Descumprimento injustificado do objeto do termo de Fomento; IV – Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; V – Ocorrência de danos ao Erário; VI – Projetos não aprovados pela Comissão de avaliação. VII – Pendências relativas à prestação de contas. Contas reprovadas em quaisquer Termos firmados anteriormente; VIII – Omissão no dever de prestar contas; IX – Pessoas físicas, MEI (Micro Empresa Individual) ou entidades privadas com fins lucrativos; X – É vedada a celebração de parcerias que envolvam a delegação de atividades exclusivas de Estado. 3.2 – O presente edital objetiva fomentar projetos oriundos exclusivamente de Entidades de Atendimento direto ou indireto cujas atividades e finalidades específicas sejam voltadas à criança e ao adolescente, estando previstas em Estatuto Social da proponente e se relacionem diretamente na garantia, defesa e proteção de direito humano de crianças e adolescentes no Município de Alto Alegre do Pindaré - MA. 3.3 – A Movimentação dos recursos financeiros, objeto deste Termo, deverá ser feita em conta bancária específica (artigo 51 da Lei nº. 13.019/2014), sendo vedada a utilização dos recursos recebidos em finalidade diversa das previstas neste Termo, mesmo que em caráter de emergência. **4. DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:** Anexo I – Requerimento ao CMDCA; Anexo II – Caracterização da organização e caracterização socioeconômica da comunidade; Anexo III – Resumo do Projeto; Anexo IV – Plano de Trabalho; Anexo V – Declarações (Proponente e concedente); Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Cópia da Ata de Eleição da diretoria em exercício; Cópia de documentação jurídica (estatuto social ou outro documento comprobatório do registro da organização); Cópia da inscrição no conselho de direitos da criança e do adolescente ou de sua área de atuação. **4.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL** Anexo VI – Relatório de Atividades. **5. DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO:** 5.1 O CMDCA convocará os selecionados do edital de financiamento de recursos, de acordo com a ordem de classificação e a entidade que captou recursos por meio de autorização, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os seguintes documentos: I - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ; II - cópia legível do estatuto e suas alterações, com a comprovação de seu registro na forma da lei; III - cópia legível da ata de eleição e posse da atual diretoria da organização da sociedade civil, registrada na forma da lei; IV - cópia legível de documento de identidade e CPF do presidente da entidade ou em caso de representante legal apresentação de procuração com firma reconhecida ou por instrumento público. V - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF - de cada um deles; VI - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação; VII - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável no município; VIII - declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria previstos no art. 39 da Lei nº 13.019/2014; 5.1. Para que a OSC concorra ao edital, não é necessária a autenticação em cartório das cópias dos documentos comprobatórios. 5.2. Serão eliminados os projetos que apresentarem documentação incompleta ou fora do padrão estabelecido neste edital. 5.3. No momento da elaboração do termo, documentação complementar poderá ser solicitada às organizações selecionadas. **6. DOS EIXOS** EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FOCO: Estímulo à alimentação saudável e consciente; Estímulo às atividades tecnológicas, artísticas, esportivas, culturais e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes; Ações de prevenção, inclusão social, promoção e intervenção com crianças e

adolescentes. EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FOCO: Prevenção ao uso de substâncias psicoativas; Prevenção e combate das negligências, violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes; Ações voltadas ao mundo do Trabalho; Educação sexual e prevenção de gravidez e DST's na adolescência; Ações para casos de déficit de aprendizagem, deficiências, transtornos psicológicos e ou psiquiátricos. **7. DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCEIROS** 7.1. Constitui objeto deste Edital a seleção de dois projetos inovadores financiados com o valor de até R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) e um projeto complementar de até R\$ R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) cada. Em ambos os casos (inovador ou complementar), as atividades e finalidades específicas deverão ser voltadas à criança e ao adolescente, estando essas condições previstas em Estatuto Social das proponentes devidamente registradas no CMDCA e/ou respectivos conselhos de sua atuação. O aporte de recursos do FMDCA neste edital será de até R\$100.000,00 (cem mil reais). Parágrafo Único – Poderá ser apresentado e aprovado até dois projetos por Organização da Sociedade Civil, com o cronograma de execução de no mínimo 6 (seis) meses. 7.2. São considerados passíveis de concorrer, projetos inovadores e/ou complementares, por tempo determinado, com foco em ações específicas para crianças e adolescentes até 18 anos residentes e domiciliados em Alto Alegre do Pindaré destinando vagas para encaminhamentos da Rede de Proteção Social (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, OSCs, etc). § 1º: Não será autorizada a aquisição de bens permanentes com recursos do FMDCA para projetos complementares que já foram executados em anos anteriores cujos planos de aplicação tiverem aprovados a aquisição com o mesmo item de bens permanentes. § 2º: Será autorizada a aquisição de bens permanentes para projetos totalmente novos, respeitando o princípio inovador. § 3º: Caso não haja a inscrição ou aprovação de projeto complementar poderá ser substituído por projeto inovador. **8. DOS VALORES DESTINADOS AOS PROJETOS POR QUANTIDADE DE ATENDIMENTO** 8.1 Projetos Inovadores ou complementares

Valor máximo por Projeto	Nº de criança/adolescente atendido
Até R\$ 32.500,00	A partir de 30 crianças ou adolescentes

8.2 Projetos Inovadores ou complementares

Valor máximo por Projeto	Nº de criança/adolescente atendido
Até R\$ 35.000,00	A partir de 30 crianças ou adolescentes

8.3 Projeto Inovador é aquele cujo objeto e as ações correspondentes sejam totalmente novos, ou seja, que não tenham sido apresentados e aprovados para execução através do FMDCA nos últimos três anos. Inclusive nos casos em que o Projeto seja apresentado por OSCs diferentes. 8.4 Projeto Complementar é aquele cujo objeto e ações correspondentes complementam ações já executadas no ano anterior, ou seja, mantém-se o mesmo objeto e ações e/ou traça-se novas intervenções para o alcance/manutenção das metas. **9. DO BANCO DE PROJETOS** 9.1 O banco de projetos será constituído pelos projetos aprovados pela Comissão quando ultrapassado o valor total previsto a ser destinado para o financiamento de projetos por esse Edital. A lista de espera será organizada por ordem de pontuação e caso haja recursos financeiros disponíveis comprovados pelo setor de contabilidade da municipalidade, poderão ser liberados por decisão da Plenária, respeitando a ordem de classificação e a manifestação expressa da OSC proponente. **10. DO PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO** 10.1. O Plano de aplicação do recurso poderá contemplar o pagamento de recursos humanos (incluindo encargos sociais, férias, décimo terceiro), material de consumo estritamente pertinente ao projeto, lanche e transporte para o público-alvo do projeto, pagamento de custas bancárias, entre outros, tendo a obrigatoriedade de estar vinculado à realização do projeto; 10.2. O Projeto poderá prever percentual para a confecção de banner e placa de identificação de parceria com o FMDCA, não superior a 1% do valor aprovado. **11. DAS DIRETRIZES** 11.1. Todos os projetos serão direcionados para crianças/adolescentes do município de Alto Alegre do Pindaré e os recursos deverão ser utilizados para as atividades de uso exclusivo do projeto. I – Os recursos utilizados para investimento não poderão ultrapassar 30% do valor total do projeto; II – Em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas tais como: a) Taxa de administração, de gerência ou similar; b) Gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente; c) Alimentação, exceto quando absolutamente necessário e conexo ao projeto; d) Transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; e) Pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou semelhantes, à conta de quaisquer fontes de recursos; f) Pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público; g) Pagamento, a qualquer título, as empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou semelhantes; i) É expressamente vedada a utilização do recurso da parceria em finalidade diversa da estabelecida na proposta de trabalho apresentada pela OSC. III – Entre outras despesas não autorizadas pela legislação. Parágrafo único – Para

manutenção de equipamentos já adquiridos em projetos anteriores, a OSC deverá apresentar os orçamentos no projeto. **12. TERMO DE COMPROMISSO I** – A Entidade proponente aceita as condições propostas neste edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento e comprometem-se a comprovar a veracidade quando solicitadas;

II – A Contemplada concorda com a divulgação da parceria entre o CMDCA/FMDCA e/ou entre a OSC e o CMDCA/FMDCA, devendo ainda;

III – A obrigatoriedade de divulgação do financiamento do Projeto pelo CMDCA/FMDCA em local visível na OSC e na Internet, devendo ainda, enviar ao CMDCA via e-mail cmdca-aap@hotmail.com fotos do projeto a cada quatro meses, objetivando a divulgação nas redes sociais do órgão; IV – Incluir a logomarca do CMDCA em todos os materiais de divulgação do projeto, sejam físicos ou eletrônicos. Deverá entregar/enviar exemplar deste material ao CMDCA como comprovação do atendimento a esta cláusula; V – Em qualquer evento relativo ao Projeto deverá divulgar amplamente que o mesmo foi contemplado com recursos do FMDCA. E o CMDCA deverá ser oficiado e atualizado a respeito, para que, possa enviar representante a fim de acompanhar o andamento do projeto. **13. DAS INSCRIÇÕES, ANÁLISE DA COMISSÃO, PRAZOS E CALENDÁRIO OFICIAL**

27 de abril de 2021	Publicação do Edital no sítio da Prefeitura
27 de abril de 2021 a 27 de maio de 2021	Entrega da documentação e projetos
28 de maio de 2021 a 05 de junho de 2021	Processo de avaliação e seleção dos projetos.
Até o dia 08 de junho de 2021	Emissão dos pareceres de deferimento e/ou dos pareceres de diligências.
Até o dia 19 de junho de 2021	Período para recursos e entrega do projeto com as adequações sugeridas.
23 de junho de 2021	Reunião extraordinária do CMDCA para aprovação das deliberações da Comissão de Análise O resultado da análise será em forma de parecer e apresentado à Plenária do CMDCA, que referendará os projetos através de Resolução única.
Até 07 de julho de 2021	Entrega da documentação para assinatura dos convênios.
15 de julho de 2021	Assinatura dos convênios para início dos projetos aprovados.

14. OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SÃO:

Eixos avaliativos que orientam a avaliação e a seleção dos projetos	PONTUAÇÃO: Zero (0) Insatisfatório	PONTUAÇÃO: Um (01) Satisfatório	PONTUAÇÃO: Dois (02) Bem especificado. Totalmente Satisfatório	Subtotal
Eixo 1 – fundamento do projeto (um projeto bem fundamentado demonstra bom conhecimento do contexto em que atua. Enfatiza as dificuldades enfrentadas, mas também enxerga as possibilidades que ali se encontram)				
Eixo 2 – gestão sustentável do projeto (fatores de ordem técnica que envolvem a capacidade dos gestores da OSC em mobilizar um grupo de profissionais dos gestores em criar condições para que o projeto tenha continuidade; comunicação regular entre as				

organizações) qualificados;				
Eixo 3 – integração entre o projeto e território (o projeto demonstra atuação, abrangência e legitimidade em uma comunidade, o projeto fundamenta suas ações nos interesses e demanda do público estimulando a mobilização e a participação da família)				
Eixo 4 – força da ação (a criança, o adolescente e o jovem ocupam sua proposta de trabalho. Espera-se que eles sejam o foco de todas as ações e, consequentemente, que esse aspecto esteja evidente no projeto)				
Eixo 5 – resultados (o projeto demonstra o alinhamento e coerência entre as ações oferecidas, a metodologia de trabalho, os resultados desejados)				
Eixo 6 – inovação (esse fator se caracteriza pela transformação de modelos e práticas institucionais a partir da criação de novos pensamentos, técnicas e ferramentas. Visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral)				
Eixo 7 – perspectiva inclusiva (é essencial a existência de iniciativas que reconheçam e trabalhem com a diversidade humana, número de usuários, número de horas semanais das atividades desenvolvidas)				
TOTAL				
Pontuação: 14 – Deferido sem diligência.				
Pontuação: maior ou igual a 7 – Deferido com diligência				
Pontuação: menor				

que 7 – Indeferido				
--------------------	--	--	--	--

15. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

I – O CMDCA realizará o acompanhamento e o monitoramento dos Projetos financiados pelo FMDCA através da Comissão criada por meio de Resolução do CMDCA. II – O acompanhamento das ações a que se refere o inciso I ocorrerá a partir da análise dos relatórios parciais (mensais) e final apresentados pelas OSC, das prestações de contas e de visitas in loco quando se fizer necessário. III – Os Projetos financiados serão monitorados e avaliados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a partir da análise das prestações de contas mensais, relatórios parcial e final apresentado pela OSC e de visitas in loco quando se fizerem necessárias. Parágrafo único – Os conselheiros, representantes de organizações que estejam apresentando projetos neste edital, não poderão fazer análise do seu respectivo projeto ficando vedada a votação ou interferência no tocante ao resultado dos mesmos. **16. DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS** 16.1 - O FUNDO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso que será realizado em parcelas mensais, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento. 16.2 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos: I – Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; II – Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração; III – Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo; IV – Na ocorrência de dois repasses já realizados sem suas respectivas baixas documentais de prestação de contas. 16.3 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública Municipal. 16.4 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for superior a 30 (trinta) dias; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores. **17. DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** I – A prestação de contas deverá obedecer rigorosamente ao Projeto e ao Plano de Aplicação do recurso do Plano de Trabalho, respeitando as normas estabelecidas pela Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré, adequando ao Marco regulatório em sua vigência; II – A data inicial para aplicação dos recursos recebidos deverá ser posterior à data da assinatura do Termo de Fomento III – A execução do instrumento firmado será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o conveniente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio; IV – Os processos, documentos ou informações referentes à execução da parceria não poderão ser sonegados aos servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Municipal; V – Desde já, as OSCs beneficiadas concordam que todos os cidadãos e ou empresas interessadas, poderão acompanhar o desenvolvimento e execução dos projetos financiados com recursos do FMDCA e com a utilização gratuita pelo CMDCA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação na forma impressa ou eletrônica; VI – Semestralmente, nas reuniões ordinárias do CMDCA, os projetos desenvolvidos pelas entidades, com recursos do FMDCA, serão apresentados brevemente para acompanhamento da Plenária. Cabe a OSC responsável pela execução do projeto a apresentação mencionada; VII – As OSCs que firmarem Termo de Fomento deverão apresentar relatório dos projetos anualmente em reunião ampliada do CMDCA. VIII - A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas; IX – A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas vias, sendo original e cópia (com páginas numeradas, rubricadas e a última assinada), devendo ser entregue na e a cada semestre na secretaria do CMDCA, a contar do início da execução do projeto até seu término. X - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas. (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14). XI – Deverá ser entregue balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro; XII - Deverá ser entregue parecer do conselho fiscal da entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada; XIII - Deverá ser entregue extratos

bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período; XIV - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário; na impossibilidade destes será aceito cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, desde que justificado; XV - Guia de recolhimento, ou comprovante de depósito, de saldo não aplicado, se for o caso. XVI - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. § 1º - Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha. § 2º - As aquisições e as contratações realizadas pelas OSCs atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade. **18. DAS INFORMAÇÕES GERAIS** I – Todas as decisões e comunicações relativas a este edital serão disponibilizadas respeitando os prazos estabelecidos no cronograma, sempre a partir da data do protocolo na Secretaria do CMDCA; II – Os projetos apresentados deverão através do seu Plano de Trabalho prever o início e o fim da execução das ações; III – É de total responsabilidade das OSCs acompanhar todas as fases do processo de análise dos projetos; IV – Qualquer alteração do projeto deverá ser apresentada pelo responsável pela execução do projeto e aprovada em reunião plenária do CMDCA, alterações sem justificativa e sem a aprovação do CMDCA implicarão na perda do financiamento/Cofinanciamento e na possibilidade de devolução dos recursos utilizados indevidamente; V – O ato de inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste edital; VI – Os casos omissos serão dirimidos pelo CMDCA/ALTO ALEGRE DO PINDARÉ. Informações poderão ser obtidas na Secretaria do CMDCA e ou pelo endereço eletrônico: cmdca-aap@hotmail.com. VII – Caso não sejam apresentados projetos, ou os apresentados não atendam ao requerido nesse edital, ou ainda, os projetos aprovados sejam inferiores ao valor da Chamada Pública, o valor restante poderá ser remanejado para outros projetos a critério do CMDCA. VII - O valor destinado à execução do presente Termo de Fomento será originário do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. VIII – Os projetos referentes a este edital de Chamamento Público serão entregues a partir de **27 de abril de 2021 a 27 de maio de 2021**, em envelope devidamente lacrado (um envelope para cada projeto) e rubricado por seu responsável legal, identificado no seu exterior com os seguintes dizeres:

TÍTULO DO PROJETO:
NOME DA ORGANIZAÇÃO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2021:

IX – Após a entrega do envelope não será permitida a inclusão de qualquer documento. X- Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela plenária do CMDCA. XI - Este edital completo será publicado no site da Prefeitura Municipal: <https://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/> XII - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação. Alto Alegre do Pindaré - MA, 27 de abril de 2021. José Claudemberg Correa de Sousa

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021 – CMDCAAAP
EDITAL

OBJETO: Seleção de proposta para a celebração de parceria com o município de Alto Alegre do Pindaré, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA a Entidades Governamentais, conforme condições estabelecidas neste Edital. **ÓRGÃO INTERESSADO:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA **DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO:** 27 de abril de 2021 a 11 de maio de 2021. **PRESIDENTE DO CMDCA:** José Claudemberg Correa de Sousa **CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021 – CMDCAAAP EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021 – PARA PROJETOS GOVERNAMENTAIS O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ**, por intermédio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com base na Lei Municipal Nº 007 de 05 de setembro de 2018, nas Resoluções CMDCA nº 015/2021, nº 018/2021 torna público o presente Edital de Chamamento Público que estabelece o processo de análise e seleção de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente do Município de Alto Alegre do Pindaré. **1. INFORMAÇÕES GERAIS** 1.1 - O presente instrumento visa regulamentar e publicizar o procedimento de inscrição e seleção de projetos públicos voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, que estejam em consonância com as políticas

públicas da Criança e do Adolescente no Município de Alto Alegre do Pindaré - MA. 1.2 - O presente processo de seleção pública será regido no que couber pelos princípios: I. Procedimento formal; II. Publicidade dos atos; III. Isonomia entre os proponentes participantes; IV. Sigilo na apresentação das propostas; V. Vinculação ao edital; VI. Julgamento objetivo; VII. Domicílio 1.3 - Os projetos serão apresentados ao CMDCA que os submeterá a avaliação para posterior apresentação de parecer conclusivo. 1.3 - Os projetos serão classificados de acordo com os critérios previstos neste Edital, e atendidos até o limite de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o correspondente exercício. 1.4 - Objetivo da parceria é promover a ampliação qualitativa e/ou qualitativa de orientação, acompanhamento, atendimento, proteção, apoio, promoção, aprendizagem, primeira infância, assessoramento e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Parágrafo Único – qualquer alteração do plano de trabalho ou de aplicação dos recursos deverá, obrigatoriamente, ser submetido à aprovação do CMDCA. Este deverá ocorrer com antecedência mínima de 7 (sete) dias através do e-mail **cmdca-aap@hotmail.com**. Em caso de alteração no que diz respeito a valores ou meta deve-se também seguir as orientações contidas no Art. 27 da Lei nº 13.204/2015. 1.5 – Os órgãos deverão prever em seus projetos o atendimento às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014. 2 **DO PÚBLICO ALVO** 2.1 Crianças, Adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em situações de: 2.1.1 - Vulnerabilidade; 2.1.2 -Risco social e pessoal; 2.1.3 - Violência; 2.1.4 - Situação de rua; 2.1.5 -Uso de substâncias psicoativas; 2.1.6 - Cumprimento de Medidas Socioeducativas; 2.1.7 -abuso e exploração sexual 2.1.8 - Trabalho infantil 2.2 - Adolescentes gestantes e Crianças e Adolescentes com deficiência residente no município de Alto Alegre do Pindaré -MA. 3 **QUEM PODE PARTICIPAR** 3.1 Secretarias Municipais de Alto Alegre do Pindaré de Atendimento à Criança e ao Adolescente, bem como, outros Órgãos Governamentais que tenham interesse na participação. 4 **DAS INSCRIÇÕES** 4.1 Para efetivação da inscrição, as entidades governamentais devem protocolar na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré - MA, situado à Rua Rio Branco, Centro, 121B, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 11h30 e das 14h20 às 16h30, o Requerimento ao CMDCA (Ver anexo I). 4.2 - O Requerimento ao CMDCA (Ver anexo I) que deve ser assinado pelo/a Secretário/a Municipal para projetos governamentais. 4.3 - Para comprovar a sua regularidade jurídica e administrativa as organizações governamentais,deverão encaminhar os seguintes documentos: a) Portaria que indica o cargo em exercício; b) Cópia do CNPJ atualizado; c) Cópia do CPF e do RG do (a) do/a Secretário/a Municipal da entidade ou cargo equivalente; 4.4 - Formulário de Inscrição (ver Anexo III) para Entidades governamentais, estando todas as suas paginas numeradas, rubricadas e a última assinada e encaminhado em 01 (um) ENVELOPE para cada projeto apresentado devidamente lacrado e rubricado, identificado no seu exterior com os seguintes dizeres:

TÍTULO DO PROJETO:
NOME DA ORGANIZAÇÃO:
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2021:

4.5 - O Formulário de Inscrição estará disponível no anexo deste Edital, e nas dependências do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Alegre do Pindaré, situado à Rua Rio Branco, 121B, Centro, de segunda a sexta-feira. Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos e projetos elaborados em formulário diferente daquele divulgado para esta seleção. 5 **DAS ÁREAS DE ATUAÇÕES** 5.1 - Para os fins deste edital entende-se por projeto o conjunto de ações das Políticas Públicas de promoção, proteção e de defesa de direitos a serem desenvolvidas no município de Alto Alegre do Pindaré, por tempo determinado neste edital, com recursos do FMDCA, tendo como beneficiários Crianças e Adolescentes, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente: 5.1.1 - Diretriz - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades; 5.1.2 – Diretriz - enfrentamento ao uso e/ou abuso de substâncias psicoativas; 5.1.3 - Diretriz - Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil; 5.1.4 - Diretriz - cultura de paz e metodologias de resolução de conflitos; 5.1.5 - Diretriz - garantia de direitos, a promoção, defesa e controle; 5.1.6 - Diretriz - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemple a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social. 5.1.7 - Diretriz - Proteção especial a Crianças e Adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados,consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual,cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. 5.1.8 - Diretriz - Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de Crianças e Adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento,

pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política. 5.1.9 - Diretriz - Proteção especial a Crianças e Adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. 6 **AValiação das Propostas** 6.1 - Os projetos serão avaliados pelo CMDCA. 6.2 - O CMDCA ficará responsável pela elaboração dos pareceres e julgamento dos recursos no período estabelecido no cronograma deste Edital. 6.3 - Os membros do CMDCA ficam impedidos de participarem deste processo seletivo na condição de proponente direto. 6.4 - Os Critérios de Avaliação dos projetos são os seguintes:

Eixos avaliativos que orientam a avaliação e a seleção dos projetos	PONTUAÇÃO: Zero (0) Insatisfatório	PONTUAÇÃO: Um (01) Satisfatório	PONTUAÇÃO: Dois (02) Bem especificado. Totalmente Satisfatório	Subtotal
Eixo 1 – fundamento do projeto (um projeto bem fundamentado demonstra bom conhecimento do contexto em que atua. Enfatiza as dificuldades enfrentadas, mas também enxerga as possibilidades que ali se encontram)				
Eixo 2 – gestão sustentável do projeto (fatores de ordem técnica que envolvem a capacidade dos gestores da OSC em mobilizar um grupo de profissionais capacidade dos gestores em criar condições para que o projeto tenha continuidade; comunicação regular entre as organizações) qualificados;				
Eixo 3 – integração entre o projeto e território (o projeto demonstra atuação, abrangência e legitimidade em uma comunidade, o projeto fundamenta suas ações nos interesses e demanda do público estimulando a mobilização e a participação da família)				
Eixo 4 – força da ação (a criança, o adolescente e o jovem ocupam sua proposta de trabalho. Espera-se que eles sejam o foco de todas as ações e, consequentemente, que esse aspecto esteja evidente no				

projeto)				
Eixo 5 – resultados (o projeto demonstra o alinhamento e coerência entre as ações oferecidas, a metodologia de trabalho, os resultados desejados)				
Eixo 6 – inovação (esse fator se caracteriza pela transformação de modelos e práticas institucionais a partir da criação de novos pensamentos, técnicas e ferramentas. Visa ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral)				
Eixo 7 – perspectiva inclusiva (é essencial a existência de iniciativas que reconheçam e trabalhem com a diversidade humana, número de usuários, número de horas semanais das atividades desenvolvidas)				
TOTAL				
Pontuação: 14 – Deferido sem diligência.				
Pontuação: maior ou igual a 7 – Deferido com diligência				
Pontuação: menor que 7 – Indeferido				

7 DAS ETAPAS DE SELEÇÃO 7.1 - Habilitação documental: 7.1.1 - Nesta etapa serão analisadas as condições jurídicas e administrativas das entidades, com base nos documentos enviados, citados no item 4. 7.1.2 - O não envio de todos os documentos solicitados ou a existência de condições jurídicas e/ou Administrativas que não estejam em plena consonância com as normas legais em vigor e nos casos em que a documentação, citadas no item 4 e suas alínea estiver incompleta, inadequada ou com prazos de validade vencidos na data de postagem ou protocolados, acarretará a desclassificação das propostas. 7.2 - Habilitação técnica das propostas: 7.2.1 - Após habilitação documental, terá início a etapa de habilitação técnica com a avaliação dos projetos dos proponentes habilitados. 7.2.2 - A análise do Projeto será realizada a partir dos critérios de avaliação previstos neste Edital pelo CMDCA de Alto Alegre do Pindaré -MA. 7.2.3 - A ausência de qualquer informação solicitada para análise técnica do projeto poderá implicar na sua eliminação do processo de seleção; 7.2.4 - O proponente deverá apresentar seu projeto em papel timbrado da Instituição, atendendo ao roteiro constante no Anexo IV deste Edital; 7.3 - Aprovação pelo CMDCA de Alto Alegre do Pindaré – MA. 7.3.1 - Os projetos serão deliberados em Plenária do CMDCA e permitido a disponibilidade de recursos do FMDCA para o ano de 2021. 7.3.2 - O processo de seleção será concluído após a deliberação pela Plenária do CMDCA, sendo o resultado publicado no site da Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré -MA. **8 DOS RECURSOS** 8.1 - Sobre os recursos estabelece-se que: 8.1.1 - Os proponentes inabilitados em qualquer etapa da seleção poderão interpor recurso ao CMDCA dirigido a Presidente do Conselho, no prazo de 03 () dias, a contar da data de publicação do resultado da etapa, protocolado no CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente situado a Rua Rio Branco, Centro, 121B, de segunda a sexta-feira das 08h00às 11h30 e das 14h20 às 16h30. 8.1.2 - Recebido e conhecido o recurso pela Presidente do CMDCA, este o encaminhará de imediato ao CMDCA que terá 02 (dois) dias,

a contar do prazo final de interposição dos recursos para reconsiderar sua decisão, ou, nesse mesmo prazo submeter o recurso para julgamento pelo Pleno do CMDCA para proferir sua decisão, sendo esta publicada no site da Prefeitura. 8.1.3 - Os recursos interpostos após o decurso do prazo estabelecido neste Edital não serão conhecidos em razão de sua intempestividade, não cabendo recurso desta decisão. 8.2 - Divulgação dos resultados do processo de seleção 8.2.1 Os Órgãos Municipais que tiverem suas propostas selecionadas serão comunicadas por correspondência eletrônica até o dia 20 de maio de 2021; 8.2.2 A partir desta data a relação dos projetos selecionados também estará disponível no Diário Oficial Municipal. **9 DO RECURSO FINANCEIRO** 9.1 - O CMDCA destinará a quantia de R\$ 1.523.000,00 (um milhão e quinhentos e vinte e três mil reais), que contemplará dois projetos municipais apresentados. Serão aprovados 1 (um) projeto no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e 1 (um) projeto no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

9.1.1 - A aplicação dos recursos para o projeto deverá atender ao cronograma financeiro preestabelecido. 9.1.2 - Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA e de acordo com o plano de aplicação do CMDCA. 9.1.3 - As entidades poderão apresentar até 03 (três) projetos. 9.1.4 - Considere-se o Plano de Ação de Plano de Ação do CMDCA e de Aplicação do FMDCA – 2021 que prevê o financiamento de projetos que sejam voltados a promoção e/ou construção de espaços urbanos públicos que proporcionem lazer e entretenimento. 9.1.5 - Considere-se o Plano de Ação de Plano de Ação do CMDCA e de Aplicação do FMDCA – 2021 que prevê o financiamento de projetos para formação de membros do CMDCA e do Conselho Tutelar. 9.2 - Os recursos financeiros serão repassados do FMDCA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização e em número de parcelas previstas no Convênio. 9.3 - A Movimentação dos recursos financeiros, objeto deste Termo, deverá ser feita em conta bancária específica (artigo 51 da Lei nº. 13.019/2014), sendo vedada a utilização dos recursos recebidos em finalidade diversa das previstas neste Termo, mesmo que em caráter de emergência. 9.4 - O financiamento não cobrirá despesas com: 9.4.1 -Taxa de administração, de gerência ou similar; 9.4.2 -Gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente; 9.4.3 -Alimentação, exceto quando absolutamente necessário e conexo ao projeto; 9.4.4 -Transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; 9.4.5 -Pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos; 9.4.6 -Pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público; 9.4.7 -Pagamento, a qualquer título, as empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; 9.4.8 -Remuneração, por serviços prestados, aos dirigentes ou servidores/empregados da conveniente; 9.4.9 -É expressamente vedada a utilização do recurso da parceria em finalidade diversa da estabelecida na proposta de trabalho apresentada pelo órgão municipal. 9.5 – Entre outras despesas não autorizadas pela legislação. 9.5.1 - Para manutenção de equipamentos já adquiridos em projetos anteriores, órgão municipal deverá apresentar os orçamentos no projeto. 9.6 - O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho e que atendam ao objetivo proposto no projeto. **10 DA ASSINATURA DO TERMO DE CONVENIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS** 10.1 - Após publicação das entidades governamentais que tiveram seus projetos selecionados, terão até o dia 29 de maio de 2021 para entrega dos seguintes documentos, na Secretaria de Administração. a) Declaração do Recebedor de Recursos (ver Anexo VI); b) Anexo IV - Plano de Trabalho (três vias); c) O instrumento que integra a solicitação de convênio, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos participantes. d) Comprovante de conta bancária específica; 10.2 - A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas vias, sendo original e cópia (com páginas numeradas, rubricadas e a última assinada), devendo ser entregue na metade e no final da execução do projeto na secretaria do CMDCA, a contar do início da execução do projeto até seu término. 10.3 - Nos casos que o objeto envolver a realização de obra ou serviço de engenharia, a prestação de contas será acompanhada também dos seguintes documentos: I - Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável; II - Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas; III - Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento; IV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal. **11. DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES** 11.1 - O CMDCA de Alto Alegre do Pindaré realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades conveniadas, através do monitoramento e avaliação de Prestação de Contas, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as entidades. 11.2 – O cronograma do Edital:

27 de abril de 2021	Publicação do Edital no sítio da Prefeitura
27 de abril de 2021 a 11 de maio de 2021	Entrega da documentação e projetos
12 de maio de 2021 a 14 de junho de 2021	Processo de avaliação e seleção dos projetos
Até o dia 14 de junho de 2021	Publicação do parecer da avaliação dos projetos
Até o dia 18 de junho de 2021	Período para recursos e entrega das adequações sugeridas
19 de maio de 2021	Reunião do CMDCA para aprovação das deliberações da Comissão de Análise O resultado da análise será em forma de parecer e apresentado à Plenária do CMDCA, que referendará os projetos através de Resolução única.
29 de maio de 2021	Entrega da documentação para assinatura dos convênios
01 de junho de 2021	Assinatura dos convênios para início dos projetos aprovados

12 DISPOSIÇÕES GERAIS 12.1 - O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação a juízo do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA das seguintes sanções, independentemente da rescisão do Convenio, facultada a defesa previa no prazo de 03 (três) dias: 12.1.1 - Advertência; 12.1.2 - Suspensão das parcelas; 12.1.3 - Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA até a regularização dos compromissos estabelecidos no presente Edital; 12.1.4 - Nos casos apurados de má utilização dos recursos ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas; 12.1.5 - Demais penalidades previstas em lei. 12.2 - O valor destinado à execução do presente Termo de Fomento será originário do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. 12.3 - O desembolso ocorrerá em parcela única. 12.4 - Cabe a Plenária do CMDCA de Alto Alegre do Pindaré deliberar sobre as questões omissas neste Edital. 12.5 - O banco de projetos será constituído pelos projetos aprovados pela Comissão quando ultrapassado o valor total previsto a ser destinado para o financiamento de projetos por esse Edital. A lista de espera será organizada por ordem de pontuação e caso haja recursos financeiros disponíveis comprovados pelo setor de contabilidade da municipalidade, poderão ser liberados por decisão da Plenária, respeitando a ordem de classificação e a manifestação expressa do órgão municipal proponente. 12.6 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela plenária do CMDCA. 12.7 - Este edital completo será publicado no site da Prefeitura Municipal: <https://www.altoalegredopindare.ma.gov.br/> 12.8 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação. Alto Alegre do Pindaré – MA, 27 de abril de 2021. José Claudemberg Correa de Sousa Presidente do CMDCA

Estado do Maranhão
Município de Alto Alegre do Pindaré

DIÁRIO OFICIAL
Poder Executivo

Secretaria de Administração e Finanças

Coordenação do Diário Oficial - DOM

Avenida João XIII, s/n, Centro
edomaap@gmail.com

Francisco Dantas Ribeiro Filho
Prefeito

Clay Regazzoni Ribeiro Torres
Coordenador do e-DOM

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial Eletrônico, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados ao Diário por email;
- b) Medida da página – 17cm de largura e 25cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: Word for Windows – Versão 6 ou Superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 8;
- f) Entrelinhas: simples;
- g) Excluir linhas em branco;
- h) Tabelas/quadrados sem linhas de grade ou molduras;
- i) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dia após a circulação do Diário Oficial Eletrônico;
- j) Se o erro for proveniente de falha do setor de publicação, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do email enviado, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
- k) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas.

Informações: (98) 984090963